



Eixo: Política Social e Serviço Social.
Sub-eixo: Políticas para infância e juventude.

POBREZA: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

FABRÍCIA PAVESI HELMER¹
LINCCON FRICKS HERNANDES²
ALINE ANÍZIO LOPES³
ROSIENI OTT KRUGER CHINAD⁴
RAQUEL DE MATOS LOPES GENTILLI⁵

Resumo: trata-se de uma discussão parcial de dados de uma pesquisa com recorte sobre as condições de vida de jovens pobres com filhos em acolhimento institucional no município de Vila Velha. De abordagem qualitativa foram realizadas seis entrevistas com jovens pais e mães. O estudo verificou que são jovens que enfrentam dificuldades econômicas, sociais, de desenvolvimento intelectual e até de saúde mental. Suas condições de vida decorrem da estrutura econômica do país e tem se agravado com o modelo recente. Concluiu-se que a pobreza simboliza o não usufruto da riqueza socialmente produzida e que as políticas sociais não os alcançam.

Palavras-chave: Pobreza; Crianças e Adolescentes; Jovens; Acolhimento institucional.

Abstract: This is a partial discussion of data from a research with a clipping about the living conditions of poor youngsters with children in institutional care in the municipality of Vila Velha. From a qualitative approach, six interviews were conducted with young fathers and mothers. The study found that they are young people facing economic, social, intellectual development and even mental health difficulties. Their living conditions stem from the country's economic structure and have been aggravated by the recent model. It was concluded that poverty symbolizes the non-usufruct of socially produced wealth and that social policies do not reach them.

Keywords: Poverty; Children and Adolescents; Young; Institutional Sheltering.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória. E-mail: <fabriciahelmer2@hotmail.com>.

² Profissional de outras áreas. Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy.

³ Estudante de Graduação. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória.

⁴ Estudante de Graduação. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória.

⁵ Professor com formação em Serviço Social. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória.

1. INTRODUÇÃO

O neoliberalismo se concretiza por meio de práticas que buscam demonstrar que o Estado é uma instituição ineficaz para o desenvolvimento econômico, devendo restringir-se à manutenção da ordem, da liberdade e da propriedade privada e para assegurar condições para o livre mercado. Algumas práticas neoliberais se fizeram presentes, no Brasil, ainda na década de 1980 se consolidando a partir dos anos 1990, de forma acentuada nas políticas brasileiras: planos econômicos visando à estabilidade (mas em benefício do pagamento de dívida externa), do processo de privatização de empresas estatais, da redução nos gastos com a área social e do direcionamento das políticas sociais para a focalização, seletividade e descentralização que é o trinômio do ideário neoliberal para com as políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Essas experiências neoliberais em curso desde os anos 1990 vem afetando grande parte da população, sobretudo adolescentes e jovens, em decorrência da fragilidade das políticas públicas destinadas à reprodução das condições de vida e de trabalho dos segmentos mais jovens da classe trabalhadora. Mesmo com todo esforço realizado nos últimos anos no Brasil para se minimizar os efeitos das desigualdades econômicas e sociais, as camadas mais pobres da população enfrentam muitas dificuldades para conseguir prover as necessidades materiais e subjetivas de seus membros (GENTILLI et al., 2011); sobretudo, nos anos mais recentes, de profunda inflexão neoliberal e neoconservadora.

Nesse panorama se encontram jovens que arcam com muitas dificuldades e incertezas, principalmente quanto à condição de vida, socialmente expressa em desemprego, frágil escolaridade, saúde, cultura, lazer e violência juvenil. Jovens que, devido a diversas questões, enfrentam dificuldades na sua reprodução social e de seus filhos.

Este trabalho apresenta dados parciais de uma pesquisa mais ampla, em finalização, que envolveu professores, mestrandos e alunos de iniciação

científica, que está estudando práticas socioprofissionais relacionadas à política para a infância e juventude no estado do Espírito Santo.

O estudo, ora apresentado, constitui-se numa pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e que utilizou pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis jovens que possuem filhos em Acolhimento Institucional no município de Vila Velha-ES.

Teve por objetivo específico analisar as condições de vida desses jovens e seus desdobramentos na vida social. O estudo considera, em termos etários, jovens como os indivíduos com idade entre 15 a 29 anos, de acordo com alguns documentos de organizações nacionais e mundiais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e o recente aprovado Estatuto da Juventude, sancionado pela Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013.

Os sujeitos dessa da pesquisa vivem em condições exíguas de sobrevivência. São jovens imersos em dificuldades econômicas devido à baixa escolaridade, falta de emprego e com pouco ou quase nenhum acesso às políticas sociais. Jovens que, nesse momento de suas vidas, aliam à pobreza - como o não usufruto da riqueza socialmente produzida – condições de vida nas quais enfrentam dificuldades econômicas, sociais, de desenvolvimento intelectual e de comprometimento de saúde mental, além dos problemas de uso de drogas.

Todos estes aspectos acabam por interferir em suas expectativas e nos seus projetos de vida, dificultando sua reprodução social individual e a de seus filhos, passando então a ter que contar com as políticas de acolhimento institucional pra seus filhos.

2. A POBREZA COMO EXPRESSÃO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO

O capitalismo é um sistema permeado por profundas contradições no qual quanto maior a riqueza dos capitalistas, maior a pobreza do proletariado. Essa é a lei

geral da acumulação capitalista (MARX, 1968) e, assim, esse modo de produção se assenta na exploração da força de trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Diferentemente como acontecia em sociedades precedentes à sociedade capitalista - onde a pobreza se dava pela escassez -, ou seja, pelo insuficiente desenvolvimento da produção de bens de consumo, no modo de produção capitalista é o próprio desenvolvimento que gera a desigualdade e a pobreza. Não é a escassez que gera a pobreza, mas a abundância acumulada nas mãos de poucos que gera a desigualdade e a pobreza (NETTO, 2012).

No Brasil, a industrialização, estruturalmente dependente, não incorporou a massa de desempregados ao processo de produção e a adoção das políticas neoliberais mais recentes tem agravado a situação, assim então, cresce o número de “indigentes sociais”, desde há muito tempo, conforme apontado por Silva (2009, p.11).

Assim, no final do século XX, vemos intensificar a exploração do trabalho precário, instável e flexível em que a gestão da força de trabalho opera por meio da insegurança e do constante medo de perder o emprego e de passar a compor o grande exército de reserva sempre presente na periferia da acumulação capitalista. Além disso, pode-se verificar a terceirização e a precarização do trabalho “polivalente e multifuncional” (SILVA, 2009, p. 11) transcender o âmbito original da fábrica e invadir outros espaços sociais como as escolas, as universidades e os hospitais públicos e privados, identificando uma tendência que se agrava de trabalho precário e de pauperismo associados, neste processo inerente ao processo de desenvolvimento capitalista, tal como se dá no Brasil, cuja expansão da riqueza mundial só favorece ao capital financeiro.

Desse modo, o pauperismo encontra-se no âmbito dos antagonismos da sociedade capitalista que, conforme “a lei geral da acumulação capitalista expressa o grau de exploração do trabalho, tendo como consequência, gerar a pobreza que atinge a classe trabalhadora, ao tempo que garante a expansão, acumulação e reprodução do capital” (PIMENTEL, 2012, p. 45).

As raízes da questão social neste entendimento estão imbricadas à exploração do capital sobre o trabalho e à luta das classes que vivem do trabalho, contra essa exploração. Entre as diversas contradições e antagonismos da relação capital-trabalho, encontra-se o fenômeno do pauperismo de certos segmentos da classe trabalhadora, como integrante do processo de acumulação capitalista. A base material da produção capitalista historicamente tem levado à constituição de uma superpopulação relativa, ou de um exército industrial de reserva, de base bem alargada, que tem constituído a pobreza e a miséria.

Neste sentido, baseando-se em Marx, Netto (2007, p.142) afirma que o “desenvolvimento capitalista é, necessária e irredutivelmente, produção reiterada da pobreza”. Não existe sociedade capitalista sem que o fenômeno social da pobreza esteja presente como parte integrante da riqueza socialmente produzida. Pode-se dizer que existe a produção reiterada do pobre, em suas diversas formas de expressão e distintos segmentos da classe trabalhadora, colocado à margem dos processos de produção da riqueza social.

Yazbek (2016, p.35) aborda a pobreza como categoria histórica e socialmente construída, como fenômeno que não pode ser tomado como natural. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo deixam suas marcas sobre a população empobrecida onde “o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, a alimentação insuficiente, a fome”, encontram-se entre outros sinais que expressam o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza e banalizá-la, tornando-a natural, destituindo-a de todo o processo que a constitui.

Os pobres estão imersos numa ordem social que os desqualificam, sofrem profundos estigmas e são frequentemente denominados com termos como “inadaptados, marginais e problematizados”. (...) “Os pobres representam a herança histórica da estruturação econômica, política e social da sociedade brasileira” (YAZBEK, 2016, p.35).

Numa perspectiva marxista a pobreza se constitui numa expressão, por excelência da questão social. Iamamoto (1999, p.27), considera que a questão social na sociedade madura é apreendida das expressões das desigualdades existentes

na sociedade e tem uma raiz comum: “a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”, que, considerando a relação capital trabalho, a relação estabelecida entre os indivíduos sociais se baseia, por excelência, na compra e na venda da força de trabalho e na apropriação privada nas mãos de uma minoria.

O capital assume, em seu processo, uma lógica onde o valor de uso das coisas foi totalmente subordinado ao valor de troca. Em linhas gerais, o valor que o vendedor da força de trabalho recebe é cada vez menor, se comparado ao total da riqueza produzida por ele e apropriada pelo capitalista (ANTUNES, 1999).

Esta lógica evidencia que a permanência da pobreza e das desigualdades não é apenas resultado da fragilidade dos meios técnicos de melhor instrumentalização das políticas sociais. O combate às desigualdades sociais precisa fazer parte de um conjunto estratégico de decisões políticas de desenvolvimento, exigindo que parte da produção de riqueza seja revestida de programas econômicos de redução contínua da pobreza.

Os sujeitos concretos que constituem a pobreza - aquela que o Serviço Social identifica como relativos aos seus processos de trabalho no campo da assistência social -, são os encontrados nas reflexões de Yazbek. Para a autora, um dos elementos definidores da pobreza, que é a exclusão do usufruto da riqueza socialmente produzida, porém este elemento não é o único. Não se trata apenas uma categoria econômica ou de carência de bens materiais. Ela também é uma categoria política que retrata a escassez de direitos. É expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade e não se reduz as privações materiais. “Alcança o plano espiritual, moral e político de indivíduos submetidos aos problemas de sobrevivência” (YAZBEK, 2016, p. 81).

Dessa mesma forma, para Martins (1991, p.15), o mundo do pobre é um mundo subalterno, um mundo incompleto, e sendo a pobreza uma categoria “multidimensional”, ela não se expressa apenas pela carência de bens materiais ou aspectos econômicos, mas também se constitui numa “carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades, de esperança”.

Os desdobramentos da pobreza estão presentes todos os dias na sociedade brasileira, e segundo Yazbek (2016, p. 79),

os impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, a debilidade a saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade. Sinais em que muitas vezes se ocultam a resistência e a capacidade dessa população de lutar cotidianamente para sobreviver. Sinais que muitas vezes expressam também o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza sem uma intervenção direta para minimizá-la ou erradicá-la.

Esse panorama encontra-se presente na vida da maioria dos usuários da política de assistência social e dos sujeitos pesquisados, além dos problemas concretos relacionados a seus cotidianos que precisam ser modificados para que seus filhos voltem a conviver com eles: ter emprego, alimento para si e para o filho, lugar para residir, ter parado de usar substâncias psicoativas, se está frequentando um serviço de saúde mental, etc.

São pessoas apartadas da riqueza socialmente produzida e imersas num universo em que não lhes permite o mínimo de condições para sobrevivência, condicionando-os a viverem os processos de alienação de sua condição de existência. Convivem com a humilhação de serem consideradas inúteis para a produção capitalista (no sentido de gerar riqueza), restando-lhes a subordinação às demais pessoas, precisando recorrer às políticas de assistência social, além da ajuda da rede de apoio familiar.

3. JOVENS POBRES E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Diferentes faixas de jovens na sociedade brasileira convivem com os problemas decorrentes da instabilidade econômica e da crise atual, além de outras dificuldades derivadas de fatores relacionados ao crescimento significativo da população jovem brasileira. Seus pais possuem difícil acesso à renda e aos demais benefícios sociais, tais como à educação, à saúde e à cultura.

A pesquisa identificou que, quando se fala de jovens pobres, têm-se também outros aspectos associados, como a exposição ao tráfico de drogas, que os assedia para o uso, abuso e/ou tráfico; à gravidez cada vez mais cedo e indesejada, à morte precoce nos conflitos violentos que eclodem associados às disputas do tráfico e aos confrontos destes com policiais.

Assim, o empobrecimento social gerado pela estrutura econômica capitalista brasileira, agravado pelo modelo conservador atual que amplia a miséria pela falta de políticas públicas, vem aumentando a situação de pobreza de algumas famílias, além de contribuir para que comportamentos adversos se instalem também nas relações familiares.

Para além de um recorte etário, considera-se que a condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função das condições sociais e desigualdades de gênero, etnia, origem social, níveis de renda familiar, entre outros aspectos. Existem diferenças econômicas, de acesso diferenciado à educação, ao trabalho e ao lazer. Além disso, os jovens também se diferenciam entre si, seguem suas orientações sexuais, assumem preferências, pertencimentos sociais e políticos, entre outros (NOVAES, 2007).

Essa construção sócio-histórica de juventude demarca que esta vai se tornando uma etapa socialmente diversa e os processos de exclusão/inclusão presentes nas sociedades modernas pluralizam e modificam as formas de vivenciar este período da vida, marcado por desafios. A falta de políticas públicas leva os jovens pobres para a exclusão, reforçando o círculo vicioso de quanto mais excluídos forem os jovens, menos as políticas de inclusão social os atingem (HELMER; GENTILLI, 2016).

Esses jovens têm expressado neste contexto, uma nova forma de desigualdade social numa sociedade que apenas lhes abrem perspectivas frágeis e insuficientes de inclusão. Além disso, já vem de longa data o fato de que amplos contingentes juvenis de famílias pobres deixam a escola para se incorporarem precariamente, e de forma prematura, no mercado de trabalho informal ou experimentam desemprego e desocupação prolongada (DAYRELL, 2003).

Inegavelmente, há diferenças, quando se observa o modo de vida e de inserção no trabalho referente a jovem pertencente à família pobre e a jovem pertencente à família com melhores condições sociais e econômicas. Jovens pobres estão, quase em sua maioria, condenados ao trabalho precoce e, assim, geralmente abandonam os estudos, apresentam baixa escolaridade e, conseqüentemente, ocupam vagas com menor remuneração e posições subordinadas. Esta realidade insere precariamente muitas famílias de jovens.

Ainda que o acolhimento institucional, preconizado na Política Nacional da Assistência Social, e estabelecido como a sétima medida de proteção social prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), seja idealizado para todos, nele estão, em sua maioria, os que habitam a ótica da extrema pobreza e, no caso do nosso estudo, jovens muito pobres que, mediante toda a precariedade da vida, não conseguiram assegurar proteção social a eles mesmos e tampouco a seus filhos, que precisam ser protegidos por um sistema de garantias de direitos.

Seja qual for o motivo pelo qual se defira o acolhimento institucional, este decorre, em sua maioria, pela falta de acesso das famílias aos direitos sociais, o quê expõe, além da perversa apartação social presente na realidade brasileira, o flagrante descumprimento de disposições previstas no ECA.

4. JOVENS POBRES COM FILHOS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Sabe-se que a falta de condições materiais da família não deve ser motivo para que crianças e adolescentes sejam privados da convivência familiar, entretanto, observa-se que, o mais perverso dessa constatação é que tal realidade não muda. Ela acompanha a história social das famílias brasileiras pobres há mais de um século (FÁVERO; VITALE; BAPTISTA, 2008).

A pesquisa identificou que se trata de jovens que convivem com violência social, privações de toda natureza: uso de drogas, não acesso às políticas sociais, vivem em situação de rua, integram o sistema prisional, vivem em

alienação mental, foram abandonadas pela família. Sofrem todas as consequências do desemprego estrutural e se tornam invisíveis perante Estado e a sociedade, podendo ser caracterizados no que Marx denominou como integrantes de alguns segmentos sociais vistos como a “escória da sociedade” e podem ser situados no segmento social denominado como *lumpemproletariado* (MARX, 1968, p. 746). Apesar disto possuem perfis diferentes entre si, mas no geral, demonstraram dentre diversos aspectos, condições de vida precárias.

A precariedade da vida das famílias é visível e, por vezes, é traduzida no abandono dos filhos. Porém, dentro dessa situação existem elementos, muitas vezes invisíveis, que envolvem representações e significados que são construídos cultural e socialmente pelo lugar de classe ocupado pelos indivíduos nesta estrutura das relações sociais.

Observa-se que, de acordo com a situação de classe em que vivem apenas um jovem (único homem entrevistado) possuía emprego, atuando como comerciário e tinha também outras experiências de trabalho anteriores, como ajudante de pedreiro e auxiliar de serviços gerais. As demais jovens (mulheres) estavam desempregados e dessas apenas uma procurava emprego naquele período e contava com experiências trabalhistas como comerciária anteriormente, em redes de *fast food*.

Em decorrência da situação de desemprego, dependem de ajuda, inclusive econômica, para sobreviverem. São sujeitos invisíveis às políticas sociais e estão colocados à margem do processo de reprodução social e do modo de produção de bens na sociedade capitalista, também não “*enxergados*” na sociedade, habitando na esfera do pauperismo.

A ideia de educação para os entrevistados parece se constituir mais em um desejo, que realidade. Dos seis jovens, cinco entrevistados conseguiram incluir, de alguma forma, a educação em seus sonhos. A educação se torna, na visão de mundo deles, uma ponte onde seria possível reverter a realidade em que vivem. A educação se materializa no discurso deles como um sonho ainda não alcançado, devido à imensa desigualdade no país e a não universalização do acesso aos direitos sociais.

A relação com as drogas é algo que está presente na vida de três entrevistados e se caracteriza como uma possível fuga da condição de sofrimento e privação aos quais estão submetidos. Pode-se perceber que esse uso de drogas caracteriza-se também como uma consequência de suas condições de vida, apesar deste uso trazer outros prejuízos às suas vidas, diminuindo ainda mais as possibilidades do retorno de seus filhos ao convívio familiar.

Além disso, um dos jovens que faz uso de substâncias psicoativas relatou não conseguir se inserir no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) por questões econômicas para garantir seu deslocamento e possibilitar o acesso ao tratamento. As condições de vida dos jovens entrevistados são agravadas pelo fato destes jovens estarem alheios às possibilidades de tratamento de saúde mental relacionados ao uso de drogas. São jovens que se tornaram invisíveis à abrangência das políticas públicas.

Percebeu-se que a maternidade para as jovens entrevistadas, em alguns casos, aparece como a única perspectiva de vida, onde o papel mais importante para elas é o de ser mãe (entre os entrevistados, apenas um era do sexo masculino). A baixa expectativa de vida, a convivência cotidiana com a violência social e intrafamiliar, a baixa escolaridade, a falta de recursos materiais, financeiros e emocionais fazem com que alguns jovens vejam na gravidez a única expectativa de futuro e uma forma de se justificar como adultas.

Dadoorian (2003) entende que a violência doméstica integra o cotidiano de muitas mulheres e acentua as separações nos elos parentais, assim como a violência social, também expressa pela pobreza e ausência de direitos de cidadania que perpassa a vida deles. Essa falta de apoio e de afeto familiar pode induzir a buscar na maternidade um meio para conseguir afeto, uma família própria.

Mesmo sendo notável a precariedade das condições sociais e as dificuldades financeiras, na concepção desses jovens, há a crença de que possuem condições de cuidar de seus filhos, dentro de suas possibilidades. Percebe-se que estes não conseguem sair de suas condições materiais de vida, e por isso também, não têm consciência real de suas necessidades e condições de

enfrentar os meios de melhor provê-la. Este aspecto é tão característico desse segmento social, que já tinha sido destacado por Marx e Engels (1991) em *A Ideologia Alemã*.

Sair do nível da cotidianidade para atingir o nível da consciência não é uma tarefa simples, pois até mesmo dentro de um mesmo segmento social, segundo Löwy (1988), existem divergências e pontos de vista diferentes, mesmo que compartilhem de uma mesma visão social de mundo. Essa lógica se torna mais complexa quando esse segmento social vive em condições miseráveis de sobrevivência ao nível da animalidade, onde há incertezas até nas atividades cotidianas da vida, tais como se alimentar, se vestir ou dormir.

Vivem sob as condições da imediatez, até porque as suas realidades não lhes oferecem alternativas. Estão imersos na cotidianidade e, segundo Heller (2008), vivem um cotidiano marcado por sofrimento, tristeza, alegria, destruição e construção que somente o ser humano é capaz de viver.

A complexa realidade das famílias pobres, como é o caso desses sujeitos, é atravessada, dentre outras coisas, por precárias habitações, geralmente em espaços reduzidos, sem privacidade ou até mesmo, em outros casos, o espaço da rua é o local de moradia.

O desemprego ou o trabalho informal estão presentes cotidianamente nessa realidade. A rede de apoio pública é precária e a rede familiar de apoio muitas vezes esgota essas possibilidades de ajuda. Além disso, o dia-a-dia destes sujeitos tem sido dificultado pela precariedade existencial, já que a maioria não tem proteção nem segurança econômica e afetiva, não conseguindo, em consequência, oferecer segurança e proteção aos seus filhos.

Sem um incentivo e um apoio da família para a permanência na escola, como acontece com jovens de família de renda mais alta, os jovens pobres tem dificuldade de estudar e buscam a entrada no mercado de trabalho. Aos jovens de família de renda mais alta, se permitem um prolongamento dos estudos, uma permanência na escola para uma espécie de preparação antes da entrada no mercado de trabalho, já para os jovens pobres exige-se a entrada precoce no mundo do trabalho.

Tem sido difícil a inserção no mercado de trabalho para jovens pobres. A possibilidade de preparação para o mercado de trabalho de acordo com uma escolarização adequada, necessária para desempenho profissional especializado tem sido abandonada em decorrência da busca de renda para si e suas famílias. Quando conseguem se inserir estão expostos à exploração de sua força de trabalho com baixos salários.

Conforme aponta Alves (2013, s.p), não se trata apenas de precarização salarial que atinge grande parte da população, mediante o alto índice de desemprego, baixos salários, rotatividade do trabalho e contratos salariais precários, mas, sobretudo, trata-se de precarização existencial, “*precarização do homem-que-trabalha*”, que provém das “condições de existência alienada da vida urbana precária”, desde a mobilidade urbana precária, ao tempo livre manipulado pelo consumo, além da precariedade dos serviços públicos prestados no Brasil.

Desse modo, são jovens que vem sofrendo todos os impactos das medidas neoliberais e das transformações no mundo do trabalho desde a infância, mesmo que indiretamente. Estão entre aqueles segmentos sociais que foram atingidos pela precarização das relações em todas as dimensões do seu viver, nas quais se incluem as relações com a cidade, com o trabalho, com a educação e com a família.

5. CONCLUSÃO

Sabe-se que a pobreza resulta necessariamente do modo de produção capitalista, fundado num sistema social de produção de valores, acumulação de capital e miséria. Esse panorama atinge muitos jovens que precisam de apoio da rede de proteção social para sobreviverem e também aqueles que, apesar de não possuírem essas características, estão fora da escola e do universo do trabalho, ainda que aptos para eles.

Os sujeitos dessa pesquisa, jovens pobres com filhos em acolhimento institucional, vivem em situação de extrema pobreza e seus relatos nos revelam que essas condições de vida os acompanham desde suas famílias de

origem. Essa pobreza extrema desencadeia outras diversas situações encontradas no universo pesquisado.

Os jovens da pesquisa, que em virtude de suas condições de muita pobreza, habitação e demais condições econômicas, como a de locomoção, acabam sofrendo com o fato de terem seu acesso dificultado às políticas de proteção social, que não os alcançam, passando a se tornar invisíveis perante as políticas sociais.

Com exíguas condições econômicas para sobreviver, desenvolvimento intelectual comprometido pelas condições de sobrevivência, o que inclui a alimentação, encontram muitas dificuldades de permanecerem no sistema educacional. Alguns jovens entrevistados acabam por naturalizar a condição em que vivem, tanto de pobreza, como de uso de droga, desemprego e abandono. Verificou-se também que, além de toda a situação econômica e social vivida, algumas entrevistadas tinham também suas condições de saúde mental comprometidas.

Para minimizar essa realidade, necessita-se que as políticas sociais reforcem os atendimentos em rede, envolvendo, inclusive, diversos setores da sociedade e de diversas políticas sociais. Entretanto, sabe-se que a origem do problema reside no fato de que o sistema capitalista é excludente por razões próprias de sua natureza e finalidade, e o agravamento da pobreza extrema, no nosso país decorre de uma injunção relacionada ao neoliberalismo e neoconservadorismo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O que é o precariado?** São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

DADOORIAN, Diana. Gravidez na adolescência: um novo olhar. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v.13, n.1, mar. 2003.

- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 40-52, 2003.
- FÁVERO, Teresinha; VITALE, Maria Amália Faller; BAPTISTA, Myrian Veras (Org.). **Famílias de crianças e adolescentes abrigados**: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam. São Paulo: Paulus, 2008.
- GENTILLI, Raquel de Matos Lopes et al. (Coord.). **Percepção dos jovens de São Pedro sobre condições de vida e violência**. Relatório de Pesquisa. Vitória: EMESCAM, 2011.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- HELMER, Fabrícia Pavesi; GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Prestação de serviços socioassistenciais para jovens. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XIX, n.36, p. 39-54, ago./dez. 2016.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1988.
- MARTINS, José de Souza. **O massacre dos inocentes**: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. v. 1-2
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 1991.
- NOVAES, Regina R. Políticas de juventude no Brasil: Continuidades e rupturas. In: FÁVERO, Osmar et al. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, 2007, p. 253-281.
- PAULO NETTO, José. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 135-170, 2007.
- _____. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.
- PIMENTEL, Edilene. **Uma “nova questão social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 9.ed.
São Paulo: Cortez, 2016.